

BRASIL: UMA BIOGRAFIA

LILIA MORITZ SCHWARCZ

E HELOISA MURGEL STARLING



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2015 by Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa Victor Burton

Projeto gráfico Victor Burton e Luisa Primo

Foto de capa Marcel Gautherot/ Acervo Instituto Moreira Salles

Pesquisa iconográfica Danilo Marques, Wilkie Buzatti, Rafael Alves, Bruno Viveiros, Bruno Abreu, Marcela Ellian, Virgínia Starling, Taciana Resende, Lígia Germano, José Antônio Queiróz, Kelly de Oliveira, Artur Navarro, Davi Kacowicz, Jéssica de Souza, Josiane de Freitas, Maria Cecília Carvalho, Vanessa de Oliveira (Projeto República: Núcleo de pesquisa, documentação e memória/ UFMG)

Preparação Márcia Copola e Cacilda Guerra

Preparação das notas Carina Muniz

Checagem e cronologia Érico Melo

Índice remissivo Luciano Marchiori

Revisão Huendel Viana e Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schwarcz, Lilia Moritz
Brasil : uma biografia / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

ISBN 978-85-359-2566-1

1. Brasil – Civilização 2. Brasil – História 1. Starling, Heloisa 11. Título.

15-01446

CDD-981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : História 981

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

<i>Acervos pesquisados e suas abreviaturas</i>	9
Introdução ou “O Brasil fica bem perto daqui”	13
1. Primeiro veio o nome, depois uma terra chamada Brasil	21
2. Tão doce como amarga: a civilização do açúcar	50
3. Toma lá dá cá: o sistema escravocrata e a naturalização da violência	79
4. É ouro!	107
5. Revoltas, conjurações, motins e sedições no paraíso dos trópicos	129
6. Homens à vista: uma corte ao mar	151
7. D. João e seu reino americano	172
8. Quem foi para Portugal perdeu o lugar: vai o pai, fica o filho	200
9. <i>Habemus</i> independência: instabilidade combina com Primeiro Reinado	223
10. Regências ou o som do silêncio	243
11. Segundo Reinado: enfim uma nação nos trópicos	267
12. Ela vai cair: o fim da monarquia no Brasil	291
13. A Primeira República e o povo nas ruas	318
14. Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil moderno	351
15. Yes, nós temos democracia	386
16. Os anos 1950-1960: a bossa, a democracia e o país subdesenvolvido	412
17. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência	437
18. No caminho da democracia: a transição para o poder civil e as ambiguidades e heranças da ditadura militar	467
Conclusão — História não é conta de somar	499
<i>Notas</i>	509
<i>Referências bibliográficas</i>	563
<i>Cronologia</i>	599
<i>Agradecimentos</i>	633
<i>Créditos das imagens</i>	637
<i>Índice remissivo</i>	645

1.

PRIMEIRO VEIO O NOME, DEPOIS UMA TERRA CHAMADA BRASIL

Pedro Álvares Cabral, rapaz que estava fugindo da calmaria, encontrou a confusão, isto é, encontrou o Brasil.

Stanislaw Ponte Preta

DAS VICISSITUDES DE UM MUNDO NOVO, NOVO

Difícil imaginar o impacto e o significado da “descoberta de um Novo Mundo”. Novo, porque ausente dos mapas europeus; novo, porque repleto de animais e plantas desconhecidos; novo, porque povoado por homens estranhos, que praticavam a poligamia, andavam nus e tinham por costume fazer a guerra e comer uns aos outros. Eram canibais, afirmavam os primeiros relatos, cheios de curiosidade, exotismo e imaginação.

Foi o próprio navegador genovês Cristóvão Colombo, responsável por comandar a frota que primeiro alcançou o continente americano em 12 de outubro de 1492, sob as ordens dos reis católicos da Espanha — Fernando e Isabel —, quem cunhou o nome “canibal”. O termo tem origem no idioma arawan — língua falada por tribos indígenas da América do Sul, povos caraíbas antilhanos, cuja derivação espanhola “caribal” (do Caribe) logo foi associada a práticas reportadas por viajantes europeus, que se referiam, preocupados, a costumes antropofágicos locais. O nome também foi vinculado a *can* (cão), e a *Cam*, personagem bíblico mencionado no livro de Gênesis. Filho mais novo de Noé, *Cam*, Canaã, rira da embriaguez do pai desacordado e por isso fora amaldiçoado e condenado a ser “servo dos servos”. Assim, pavimentava-se o caminho religioso para as futuras justificativas da escravização não só dos índios como dos negros africanos, ambos considerados descendentes da maldição de *Cam*.

No diário de sua primeira viagem ao Caribe (realizada entre 1492 e 1493) o explorador menciona, entre curioso e indignado, que os nativos das ilhas tinham o costume de comer carne humana, e assim os chama de “caribes” ou “canibes”. O nome virou adjetivo na segunda viagem de Colombo às Antilhas, que teria ocorrido entre 1493 e 1496, e a difusão da prática do canibalismo nas Américas ajudou a consolidar um novo propósito: o de escravizar os nativos (ver imagens 8-11). Na carta que escreveu à Coroa, Colombo asseverava que eles eram preguiçosos, andavam

nus, eram carentes de vergonha, pintavam o corpo para a guerra e usavam apenas tatuagens, braceletes e colares para cobrir as intimidades. O argumento era que os canibais estavam longe dos valores da humanidade ocidental mas poderiam ser úteis como bons escravos.

Nas missivas que enviou, Américo Vespúcio também reafirma a presença de canibais na América. Uma suposta carta sua, endereçada a Lorenzo di Pierfrancesco de Medici, e publicada como livro sob o título *Mundus Novus* em 1504, tornou-se logo um grande sucesso, merecendo edições em diferentes partes da Europa. As observações de Vespúcio causaram ainda maior impacto que as de Colombo, uma vez que descreviam cenas de canibalismo a partir de testemunho pessoal do autor, e além disso eram ilustradas por gravuras. A argumentação convincente de Vespúcio, acompanhada de uma narrativa visual igualmente sedutora, contribuiu decisivamente para a difusão de uma representação negativa dos nativos americanos, como homens sem ordem e sem fé, sem noções de propriedade, território e dinheiro, ignorantes de instituições como a família e o casamento.¹ Ademais, vinculou-se a imagem da nova terra à de uma gente decadente. Aí estava outra humanidade, que parecia adormecida diante dos valores do Velho Mundo.

As notícias que chegavam acerca dessa porção portuguesa das Américas, com sua natureza paradisíaca a contrastar com as práticas humanas consideradas diabólicas, acenderam também a imaginação europeia, e a ideia da existência de um território desconhecido aos olhos e ao coração abria outro capítulo na história da humanidade. A história do Brasil, a canônica, seria contada a partir do feito dos “descobridores”, que não só inauguraram como deram um sentido ao novo território português e às suas populações. Paradoxalmente, porém, essa narrativa oficial e metropolitana seria para sempre alterada com a entrada desses personagens, parcela perdida da humanidade que não se sabia como classificar, entender ou nomear.²

Mas se a reação de espanto marcou o tom geral — as crônicas de viajantes descreviam monstros marinhos, animais gigantescos e uma gente guerreira e canibal —, hoje não se acredita mais nem sequer na tese de que o encontro das terras tenha sido obra do acaso. Depois do estabelecimento do caminho marítimo para as Índias por Vasco da Gama em 1499, a Coroa portuguesa logo preparou nova expedição, tendo como base as informações recolhidas pelo navegante. E essa era mesmo a melhor saída para o pequenino reino português, que ficava justamente na boca do Atlântico, a um salto do mar. O país passara por uma unificação nacional precoce, resultado dos anos de luta pela reconquista do território peninsular ocupado pelos mouros, estando o processo concluído em 1249, por d. Afonso III, com a recuperação definitiva do Algarve. A unificação e o desenvolvimento náutico e de instrumentos marítimos fizeram de Portugal o país certo para as grandes navegações. E não por coincidência o marco inicial para a formação do Império por-

tuguês, o mais duradouro império colonial, com domínios nos quatro continentes, é a conquista de Ceuta, na costa ocidental da África, em 1415.

Desde o princípio o impulso para o expansionismo em Portugal seria pautado por interesses comerciais, militares e evangelizadores, equilibrados em boas doses. Mas, entre os séculos xiv e xv, o que mais animou os portugueses a procurar por novas rotas foi o mercado de especiarias provindas do Oriente. O termo “especiarias” designava uma série de produtos de origem vegetal, de aroma ou sabor acentuado, utilizados como tempero e na conservação de alimentos, mas também como óleos, unguentos, incensos, perfumes ou medicamentos. O consumo foi particularmente desenvolvido a partir das Cruzadas, sendo as espécies tropicais — pimenta-do-reino, cravo, canela e noz-moscada — as mais estimadas no fim do século xiv. Nativas da Ásia, tais especiarias eram então muito valorizadas e seu preço subia a olhos vistos. Acabaram virando moeda, e se tornando parte de dotes de nobres e princesas, de heranças, reservas de capitais e divisas do reino. Podiam ainda ser usadas em escambos — para pagar serviços, fazer acordos, selar obrigações religiosas ou se redimir de impostos —, bem como no suborno de altos funcionários.

Com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 29 de maio de 1453, porém, esse rico comércio encontrou obstáculos — as rotas caíram sob controle turco e ficaram bloqueadas para os mercadores cristãos. Foi para contornar esse problema que Portugal e Espanha passaram a organizar expedições de exploração, visando encontrar rotas alternativas por terra e por mar. Era esse o objetivo de Portugal quando investiu numa nova via, procurando garantir o monopólio final do comércio. Optou-se por um caminho que implicava uma inédita e arriscada manobra: circundar o desconhecido continente africano, cujo percurso completo levou mais de um século para ser realizado. Mas a demora virou proveito, e Portugal instalou “feitorias” no litoral africano, vale dizer, estabeleceu pontos estratégicos para uma colonização presente e futura.

A chegada ao Oriente consolidou a rota, que foi logo denominada de Périplo Africano. O termo “périplo” designava o bom augúrio da empreitada: uma longa viagem em que se retorna com sucesso ao ponto de origem. No entanto, como a linguagem é sempre sujeita às oscilações e humores de época, a falta de progressos no empreendimento acarretou a adição de um novo sentido (mais negativo) ao termo: a noção de “mal de Sísifo”. A exemplo do mito grego, em que o herói, mesmo que por pouco tempo, consegue desafiar e vencer a morte, a expressão passou a designar todos aqueles que operavam façanhas acima de suas forças. Já no caso português, e diante do ceticismo geral, ela se referiria a um “périplo” sem fim e que levaria a lugar nenhum. Mas tudo seria diferente: a rota gerou extraordinários dividendos, marcando simbolicamente a entrada de Portugal na era moderna e constituindo o ponto de partida para a construção de um largo e poderoso império (ver imagem 7).

Nesse momento, também a Espanha passava por um processo de expansão colonial. O reino espanhol, que se unificara como Estado Nacional em 1492, lançara-se ao mar na busca de uma nova rota para o Oriente através do Ocidente. E para evitar outras guerras, numa Europa já habituada às batalhas envolvendo nações em litígio, logo em 7 de junho de 1494 era assinado um acordo — o Tratado de Tordesilhas — que objetivava dividir as terras “descobertas e por descobrir” fora do Estado por ambas as Coroas. O acordo representava o resultado imediato da contestação portuguesa às pretensões da Coroa espanhola, que um ano e meio antes chegara ao que se acreditava serem as Índias mas que se tratava de um Novo Mundo, reclamando-o oficialmente a Isabel, a Católica. Nem se sabia onde esse mundo ia dar, mas ele já tinha dono e certificado de origem.³

O Tratado de Tordesilhas teve um antecedente: a bula *Inter Caetera*, assinada pelo papa Alexandre VI em 4 de maio de 1493, que dividiu as novas terras do globo entre Portugal e Espanha. Na prática, as terras situadas até cem léguas a oeste, a partir das ilhas de Cabo Verde, seriam de Portugal, e as que ficassem além dessa linha, da Espanha. Por receio de perder possíveis conquistas, uma revisão foi proposta por Portugal, que conseguiu mudar os termos da bula. O Tratado de Tordesilhas, assinado pelas duas Coroas, definiu como linha de demarcação o meridiano que ficava 370 léguas a oeste de uma ilha não especificada do arquipélago de Cabo Verde, então pertencente aos portugueses. Dessa forma, a linha imaginária encontrava-se a meio caminho entre o arquipélago e as ilhas das Caraíbas, descobertas por Colombo. Legislava o tratado, ainda, que os territórios a leste desse meridiano pertenceriam a Portugal e os a oeste à Espanha. O tratado seria ratificado pela Espanha em 2 de junho e por Portugal em 5 de setembro de 1494, como se o mundo — real ou tantas vezes imaginado — pudesse ser dividido em dois, em duas metades, e sem maiores contestações.

O Brasil, por exemplo, que nessa época não existia nos mapas dos grandes cosmógrafos e não havia entrado na história ocidental, já estava incluído no pacote: a linha do tratado cercava o país nas proximidades de onde, hoje, se encontram Belém (no Pará) e Laguna (no atual estado de Santa Catarina). Mas Portugal parecia pouco interessado em explorar esse seu mapa imaginário, ao menos naquele momento, até porque com as riquezas e lucros obtidos no Oriente as contas já fechavam. Mesmo assim nova expedição foi organizada em 1500; dessa vez sob o comando do capitão-mor Pedro Álvares de Gouveia — membro da pequena nobreza, e que levava o nome de família da mãe, d. Isabel de Gouveia. O navegador assumiu depois o nome de seu pai — Fernão Cabral, alcaide da cidade de Belmonte —, sendo a partir de então conhecido como Pedro Álvares Cabral. Dele pouco se sabe, aliás, como de boa parte dos navegadores. Enviado à corte de d. Afonso V em 1479 quando tinha doze anos, Cabral educou-se em Lisboa, estudou humanidades e foi formado para pegar em armas pela pátria.

Com cerca de dezessete anos, em 30 de junho de 1484 Cabral era nomeado moço-fidalgo do primeiro grau da nobreza da casa de d. João II — título sem maior relevância e geralmente concedido a jovens nobres —, e recebeu uma tença (um favor real em reconhecimento por serviços prestados) no valor de 26 mil-réis. De fidalgo da casa real teria chegado a cavaleiro da Ordem de Cristo em 1494: a mais importante ordem de cavalaria de Portugal. Recebeu, ainda, um subsídio anual de 40 mil-réis, valor que deve ter sido estipulado por conta das viagens empreendidas por Cabral, a exemplo de outros jovens nobres, ao Norte da África. Apesar de não ter restado nenhuma imagem detalhada do navegador, sabe-se que era forte e tinha a altura de seu pai: um metro e noventa. Relatos também o descrevem como culto, cortês, tolerante com os inimigos e bastante vaidoso, como era próprio dos fidalgos que chegavam a essas posições. De toda maneira, era considerado “homem avisado”, “de bom saber”, e, apesar de não ser muito “experiente”,⁴ foi colocado no comando da maior frota que já zarpara de Portugal, rumo a lugares tão longínquos quanto desconhecidos.

Restaram, porém, poucos documentos acerca dos critérios utilizados pelo governo português para escolher o navegador como comandante da expedição à Índia. No decreto que o nomeia capitão-mor, menciona-se apenas “mérito e serviços”. Sabe-se também que o rei conhecia bem sua corte, além de ser famosa a lealdade da família de Cabral à Coroa portuguesa. Por outro lado, o fidalgo fazia parte do conselho do soberano, o que pode ter ajudado a desempatar uma parada feita de muita intriga política. Há quem diga ainda que essa teria sido uma manobra deliberada no sentido de equilibrar facções nobres, uma vez que, a despeito das qualidades pessoais de Cabral, ele não possuía grande experiência no comando desse tipo de expedição. Afinal, é bom lembrar que, para a mesma viagem, navegadores mais experientes — como Bartolomeu Dias, Diogo Dias e Nicolau Coelho — foram selecionados somente como capitães de navios, e velejaram sob a liderança do fidalgo.

Tal hierarquia era determinada também por critérios econômicos. O maior salário era o do capitão-mor: Cabral recebeu 10 mil cruzados (antiga moeda portuguesa que equivalia a 35 quilos de ouro), e o direito de comprar trinta toneladas de pimenta e mais dez caixas de qualquer outra especiaria, às próprias custas, e revendê-las na Europa, livre de impostos. Assim, embora a viagem trouxesse muitos perigos, ela poderia garantir que Cabral, após o retorno, se tornasse um homem verdadeiramente rico, já que as especiarias, apesar de muito demandadas, eram extremamente raras.⁵ Os capitães de cada nau receberam mil cruzados sobre cada cem tonéis de arqueação de seu navio, assim como “seis caixas forras e cinquenta quintais de pimenta”.⁶ Um marinheiro ganhava dez cruzados por mês e dez quintais de pimenta, cada grumete a metade disso, e ao pajem pagava-se um terço. Além deles, havia o contramestre e o guardião, que recebiam como “um marinheiro e meio”. Ainda embarcavam padres — que, no alto-mar, cumpriam tanto o papel de orientadores espirituais quanto o de médicos — e prostitutas, muitas vezes

levadas escondidas em meio à tripulação. Masculino por excelência, esse mundo não abria mão das “mulheres suspeitosas”, que por vezes engravidavam e tinham seus filhos em pleno mar.

O empreendimento contava com uma tripulação composta de cerca de mil homens, sendo setecentos designados como soldados, embora não passassem de plebeus comuns, filhos de camponeses, muitas vezes apanhados à força e sem maior treinamento. E, nessa verdadeira cidadela flutuante, problemas não faltavam. Dentre eles, um dos mais graves era a escassez de comida. O padre Fernando Oliveira, que costumava acompanhar viagens como essa, aconselhava, previdente: “No mar não há vendas, nem boas pousadas nas terras do inimigo, por isso cada um vá provido de sua casa”.⁷ O capitão era o único que tinha o privilégio de embarcar galinhas — quase sempre usadas para alimentar doentes —, além de cabritos, porcos e por vezes vacas. Mas esse tipo de bagagem não era partilhado com a tripulação, que, em geral, passava fome.

Numa viagem sem incidentes a comida embarcada mal satisfazia as necessidades básicas dos marinheiros. O cenário piorava muito diante de calmarias ou de imperícias dos pilotos, que provocavam alongamentos indesejáveis e inesperados, ocasionando uma carestia geral no navio. O principal alimento era o biscoito seco, cuja história, aliás, confunde-se com a da navegação. O vinho era também presença obrigatória, sendo a ração diária calculada em uma cana (um quarto de litro), na mesma proporção que a água potável, usada para beber e cozinhar. Esta era, porém, acumulada em tonéis nem sempre apropriados, que estimulavam a proliferação de bactérias, causando infecções e diarreias na tripulação. A carne era controlada e distribuída a cada dois dias. Na ausência dela oferecia-se queijo ou peixe e arroz, quando disponível. Outro problema frequente era a armazenagem. Como o grosso dos alimentos embarcava junto com a tripulação, no início da viagem era comum ocorrerem infestações de ratos, baratas e besouros, que disputavam a comida com igual voracidade. Não havia banheiros nesses navios — pequenos assentos eram pendurados sobre a amurada, o que deixava um fedor permanente no convés.

Com tantos problemas de higiene, as doenças garantiam presença durante as travessias. Escorbuto — mais tarde também chamado de mal de luanda ou mal de gengivas —, provocado pela carência de vitamina C, e enfermidades pleuropulmonares eram as mais frequentes. Em vista das mortes praticamente diárias, a única saída era estender os cadáveres no convés, até que um religioso fizesse uma breve oração e por fim os corpos fossem atirados na água.

No caminho desses mares desconhecidos também não faltaram cenas de violência, roubos e toda sorte de corrupção. Quanto maior a incerteza, maior o número de crimes, agressões e atritos. Para lidar com tamanha insegurança, restavam poucas diversões: jogos de carta, teatros coletivos, a leitura de livros religiosos e profanos, e procissões em torno do convés.

A exploração marítima era uma atividade, no limite, privada, mas totalmente financiada pela família real e supervisionada de perto pelo próprio rei. Implicava investimentos vultosos e representava enorme risco pessoal que precisava ser bem recompensado para valer a pena. Em troca, a monarquia se reservava o direito de controlar qualquer conquista, distribuir terras e ter monopólio dos ganhos. Por tudo isso, uma partida como essa também precisava ser ritualmente comemorada.

E a armada que saiu do Tejo em 9 de março de 1500, ao meio-dia, era de monta — contava com treze navios, provavelmente dez naus e três caravelas. O ano era de data redonda, prometendo bons augúrios, e a estação, adequada para a travessia no Atlântico Sul, que ainda surpreendia os desavisados com muitos e desagradáveis acontecimentos. No dia anterior a tripulação recebera uma despedida pública, que incluiu celebrações e uma missa com a presença do rei. Desde que o navegador português Bartolomeu Dias dobrara o extremo sul do continente africano, em 1488, e o denominara de cabo das Tormentas — uma homenagem ao revés, aludindo ao “mal de são Cosme”, cujas chuvas fétidas manchavam as roupas e provocavam abscessos na pele dos marinheiros —, e, sobretudo, depois de a notícia correr o mundo e chegar aos ouvidos do rei João II, que mudou o nome do acidente geográfico para cabo da Boa Esperança, os lusos julgavam-se senhores dos mares e bafejados pela sorte.

Afinal, qualquer que fosse o nome, esse cabo era o caminho certo que ligava o oceano Atlântico ao oceano Índico, e o mundo nunca parecera aos portugueses tão navegável; pequeno até. Mas oceanos continuavam a esconder mistérios, monstros, tormentas, mares que terminavam em imensas cachoeiras, e todo tipo de perigo. O Atlântico era “um incógnito mar”, como descreveu Valentim Fernandes em ato notarial de 20 de maio de 1503.⁸ Durante os dez anos entre a passagem de Bartolomeu Dias pelo Sul da África e a partida da armada de Vasco da Gama, em 1497, o oceano funcionara como um laboratório de experimentação. Não obstante, se não existiam certezas, também não havia absoluto acaso. Por isso a esquadra de Cabral navegou direto para o arquipélago do Cabo Verde, evitando a costa africana para fugir das temidas calmarias equatoriais. Tudo indica precisão e a noção de que o comando seguia roteiro conhecido.

A frota passou por Grã Canária na manhã de 14 de março, e seguiu rumo a Cabo Verde, colônia portuguesa no Oeste da África, local onde aportaram em 22 de março. No dia seguinte, uma nau pertencente à mesma expedição, com 150 homens e comandada pelo experiente Vasco de Ataíde, desapareceu sem deixar vestígio. Maus presságios se abateram sobre a tripulação, temerosa com esse mar novo e pouco navegado. Em geral a tripulação não era muito avisada acerca dos objetivos da empreitada. E, diante da falta de notícias a respeito daquelas partes do mundo, o desconhecimento e as dúvidas só podiam ser compensados por uma sobrecarga de visões fantasiosas, que abarcavam tesouros e montanhas de ouro disponíveis para

os exploradores, mas também monstros — e qualquer peixe maior já fazia esse papel — e toda sorte de perigo ignorado.

Nesse caso, porém, a imaginação era respaldada pela realidade. Naufrágios e acidentes não eram exceções: muito pelo contrário. De acordo com dados da Coroa, de 1497 a 1612, dos 620 navios que largaram do Tejo, 381 não regressaram a Portugal; desses, 285 ficaram no Oriente, 66 naufragaram, vinte arribaram, seis incendiaram-se e quatro foram tomados por inimigos.⁹ Tempestades, sobrecarga, más condições de navegação, má qualidade das madeiras das caravelas — que em geral aguentavam só uma longa viagem marítima —, cumpriam papel decisivo nessa agenda de infortúnios.

Mas a frota portuguesa, mesmo com tantas intempéries, seguiu em frente e cruzou em 9 de abril a linha do equador, afastando-se do continente africano. Utilizaram a técnica do “volta mar”, manobra conhecida pelos portugueses que consistia em descrever um largo arco para evitar a zona central de calmaria e assim aproveitar os ventos e correntes favoráveis.

A manobra deu certo. Já em 21 de abril Caminha anotava a existência de “alguns sinais de terra”: algas marinhas e sujeiras no mar. No dia 22, a armada de Cabral, que seguia no caminho das Índias, se deparou com terra a ocidente. Primeiro, notaram-se algumas aves que foram chamadas de “fura-buxos”, depois um grande monte, muito alto e redondo, logo nomeado monte Pascoal (uma vez que aquela era a semana da Páscoa); o local, por fim, foi chamado de Terra de Vera Cruz. A reação inicial foi de encanto diante dessa “terra nova, que se ora nesta navegação achou”, mas também de vontade de posse: assim, imediatamente se criaram nomes para tudo que se “descobria”.

São duas as narrativas sobre o novo domínio, escritas entre 26 de abril e 1º de maio no atual estado da Bahia. O espanhol João Faras ou João Emeneslau, mais conhecido como Mestre João, faz a descrição inaugural do céu e das estrelas do Novo Mundo, julgando estas últimas definitivamente novas: “principalmente as da Cruz”. Essa seria a primeira observação europeia do Cruzeiro do Sul, constelação que viraria marca e símbolo do país. Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada de Cabral, que já tinha cerca de cinquenta anos quando foi apontado para servir naquela viagem, era homem de confiança, tendo trabalhado como cavaleiro das casas de d. Afonso v, de d. João II e de d. Manuel I. É de autoria dele a “Carta” endereçada ao rei de Portugal e hoje considerada oficialmente uma espécie de certidão de nascimento do Brasil: documento fundador e marco da origem da nossa história. Nela Caminha desenvolve longa e deslumbrada descrição. Testemunhou de maneira exultante “o achamento desta Vossa terra nova, que se ora nesta navegação achou”. Aos olhos da tripulação e de seu porta-voz, tratava-se definitivamente de um lugar novo, recém-“achado”. Como diz o ditado, “achado não é roubado”, e a ideia era logo registrar a propriedade, mesmo que não se soubesse o que se ia encontrar.

E o que se “achou” foi uma suposta “nova” humanidade. Afinal, logo depois do feito dos portugueses começaram a correr várias teorias curiosas sobre a origem dos índios: Paracelso, em 1520, acreditava que eles não descendiam de Adão e que eram como os gigantes, as ninfas, os gnomos e os pigmeus. Cardano, em 1547, apostava que os indígenas surgiam como uma geração espontânea, a partir da decomposição de matéria morta, como as minhocas e os cogumelos. Já Pero Vaz assim relatou o que viu:

todos pardos, todos nus, sem nenhuma cousa que cobrisse suas vergonhas [...] E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe deu um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio.

A descrição dá início a uma tópica ainda hoje frequente no país, que entende a conquista como um “encontro pacífico”, a despeito das diferenças políticas, culturais e linguísticas.

Essa nova gente capturou a curiosidade de Caminha: “A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem fazem mais caso de cobrir nem mostrar suas vergonhas, e estão acerca disso com tanta inocência como têm em mostrar o rosto”. O escrivão se espanta com suas “peles vermelhas e cabelos escorregadios”, e ademais com o fato de serem bonitos de corpo e alma. Começava com essa percepção certa ladainha de vida longa, que construiu a imagem de um “bom selvagem” brasileiro, muito retomada nos relatos franceses e, sobretudo, por Rousseau no século XVIII. Mas o que para ele seria apenas um modelo bom para criticar a Europa e a civilização — e nada tinha a ver com observação direta — aqui ganha um jeito de realidade. Esses eram bons gentios que podiam ser catequizados e assumir a boa-fé. Tanto que no domingo de Pascoela se levantou um altar de madeira para que uma missa fosse oficiada pelos padres e sacerdotes. Lá estava o capitão e a bandeira de Cristo, vinculando os feitos dos homens às façanhas divinas: “E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vinda, e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz”.

Por fim, na sexta-feira, primeiro dia de maio, procurou-se rio acima o melhor lugar para arvorar uma cruz: que ela fosse vista de todos os lados. Feita a cruz e a divisa da monarquia, o padre frei Henrique rezou a missa que foi seguida, ainda segundo Caminha, por “cinquenta ou sessenta deles assentados todos de joelho”, junto com os demais membros da esquadra. Na hora do Evangelho, quando todos se ergueram com as mãos levantadas, o escrivão anotou bem o mesmo gesto dos

nativos. Chegaram até a comungar, espantou-se: “Um deles, homem de cinquenta ou 55 anos, ficou ali com aqueles que ficaram [...] E andando assim entre eles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos!”.

Evidentemente deslumbrado, o relato de Caminha inaugurava, também, outro mito recorrente. O da natureza pacífica, de uma conquista sem violência, uma comunhão que unificou a todos, num mesmo coração e religião. Estranho processo que definiria o Brasil como um país da ausência de conflito, como se os trópicos — por algum milagre ou dádiva — tivessem o poder de aliviar tensões e inibir guerras. Na Europa as lutas dividiam e sangravam nações; já no Novo Mundo, se guerras existiam, elas eram, segundo os relatos europeus, só internas. O encontro havia de ser sem igual e entre iguais, por mais que o tempo mostrasse o oposto: genocídio de um lado, conquista de outro.

A essas alturas, os portugueses já iam se julgando donos e senhores dos destinos da nova terra, de seus limites e nomes. No entanto, a descoberta não alterou de imediato a rotina e os interesses dos lusitanos, que então só tinham olhos para o Oriente. Por isso, durante certo tempo, a vasta área ficou reservada para o futuro. Mas a concorrência internacional, ameaças estrangeiras e os questionamentos acerca do bilateral Tratado de Tordesilhas não permitiriam que a calma ali fosse eterna. Espanhóis já estavam na costa nordeste da América do Sul, e ingleses e franceses, contestando a divisão luso-espanhola do globo, logo invadiriam diferentes pontos do litoral. Francisco I da França, ao questionar o famoso acordo, deixou frase lapidar: “Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha e me excluiu da partilha”.

E já na década de 1530 ficou evidente para d. João III que apenas a soberania do papa legitimando o tratado não daria conta de afugentar os corsários franceses, os quais com frequência cada vez maior se estabeleciam nas possessões americanas. A saída foi criar várias frentes colonizadoras, basicamente independentes, que muitas vezes guardavam mais comunicação com a metrópole do que entre si. O sistema administrativo adotado foi o das capitânias hereditárias (ver imagem 14), que já era utilizado com bastante sucesso em domínios lusitanos como Cabo Verde e ilha da Madeira. A filosofia era simples: como a Coroa tinha recursos e pessoal limitados, delegou a tarefa de colonização e de exploração de vastas áreas a particulares, doando lotes de terra com posse hereditária.

A partir de 1534 a metrópole dividiu o Brasil entre catorze capitânias, quinze lotes e doze donatários. Como se desconhecia o interior do território, a saída foi imaginar faixas litorâneas paralelas desde a costa que adentrariam até o “sertão”. Todos os beneficiados pela medida eram egressos da pequena nobreza lusitana, sendo sete deles membros destacados nas campanhas na África e na Índia e quatro altos funcionários da corte. O sistema previa que o donatário tivesse o poder supre-

mo e de jurisdição sobre sua capitania, podendo desenvolver a terra e escravizar indígenas. O isolamento era, porém, grande e danoso. Tanto que em 1572 a Coroa dividiu a administração em dois governos-gerais: o Governo do Norte, com capital em Salvador, era encarregado de cuidar da região que ia da capitania da Baía de Todos os Santos até a capitania do Maranhão. O Governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro, ficava com o controle da região que ia de Ilhéus até o Sul. Criavam-se, pois, territórios dentro de territórios, regiões que mal se reconheciam como pertencentes a um mesmo espaço administrativo e político.

Por sinal, uma vez “achado” esse estranho mundo, bem no caminho das Índias, devia-se pelo menos nomeá-lo.¹⁰ Por muito tempo os portugueses teriam poucas noções sobre o território e guardariam todo tipo de indefinição. Por isso, também, e para contornar o desconhecimento, as expedições que vasculharam a costa e que foram sendo enviadas desde 1501 passaram a dar nomes a acidentes geográficos, a medir e classificar latitudes, apostando na ideia de que se tratava mesmo de um novo continente. Apesar de não haver tanto interesse nessa terra, até porque por lá não se encontraram de imediato as riquezas em prata ou ouro que fizeram a alegria dos espanhóis, era preciso batizá-la. Tanto Mestre João como Pero Vaz de Caminha, nas cartas que escreveram, chamaram-na de Vera Cruz — da verdadeira cruz —, de Santa Cruz. Mas o termo continuou sob disputa, e após 1501 o local foi denominado ora Terra dos Papagaios — numa referência à ave que tinha todas as cores e falava (por mais que ninguém entendesse o que dizia) — ora Terra de Santa Cruz; aliás, nome utilizado por d. Manuel na missiva que enviou aos reis católicos. Essa foi também a designação do local onde se realizou a primeira missa, descrita longamente por Caminha e entendida como um nascimento militar e cristão do território. Já segundo o relato coetâneo de João de Barros, Cabral teria chamado a possessão de Santa Cruz por causa do Lenho Sagrado, e associado o ato da missa ao sacrifício de Cristo agora na terra “achada”. Ela deveria, assim, ser toda confiada a Deus, cuja maior expressão estaria na conversão dos gentios.¹¹

Passados os primeiros tempos das notícias desconstruídas e de tantos boatos, foi preciso garantir o achado e impedir os ataques estrangeiros. Tinha-se que povoar e colonizar a terra, mas também encontrar algum tipo de estímulo econômico. Além de papagaios e macacos, havia à disposição apenas uma “madeira de tingir”, conhecida no Oriente como boa especiaria, e que poderia alcançar altos preços na Europa. Assim, logo depois da viagem de Cabral outras expedições portuguesas alçaram velas para explorar o novo território e extrair a planta nativa.

O pau-brasil era originalmente chamado “ibirapitanga”, nome dado pelos índios Tupi da costa a essa árvore que dominava a larga faixa litorânea. Alcançando até quinze metros, a espécie apresentava troncos, galhos e vagens cobertos por espinhos. A madeira era muito utilizada na construção de móveis finos, e de seu interior extraía-se uma resina avermelhada, boa para o uso como corante de tecidos.

dos. Calcula-se que na época existiam 70 milhões de espécimes, logo dizimados pelo extrativismo feito à base do escambo e a partir do trabalho da população nativa. Já nos anos 900 d.C. o produto podia ser encontrado nos registros das Índias Orientais, em meio a uma série de plantas que possibilitavam a produção de um corante vermelho. Tanto a madeira como o corante eram conhecidos por diferentes nomes — “brecillis”, “bersil”, “brezil”, “brasil”, “brazily” —, sendo todos derivados do nome latino “brasilgia”, cujo significado é “cor de brasa” ou “vermelho”. Na Europa, o primeiro registro do desembarque de uma “*kerka de bersil*” data de 1085, na França. Já Américo Vespúcio, na expedição de Gaspar de Lemos de 1501, anota a presença da rica madeira na embarcação.

E é em 1502 que tem início a exploração mais sistemática do pau-brasil por colonizadores portugueses, a qual, a despeito de ser atribuído à madeira valor inferior ao das mercadorias orientais, gerou grande interesse: por vias tortas voltávamos ao comércio de especiarias. A Coroa portuguesa logo declarou sua exploração um monopólio real, portanto a atividade só poderia ser desenvolvida mediante pagamento de imposto. A primeira concessão foi feita em 1501 a Fernando de Noronha, o qual recebeu também uma ilha, a ilha de São João, que mais tarde seria convertida em capitania e ganharia o nome do donatário. O trabalho era executado a partir da mão de obra indígena, por meio da prática de escambo. Os indígenas cortavam as árvores e as levavam até os navios portugueses ancorados à beira-mar, e em troca obtinham facas, canivetes, espelhos, pedaços de tecido e outras quinquilharias. Em 1511 dá-se a primeira exportação do pau-brasil para Portugal na nave *Bretoa*, que saiu da Bahia com destino a Lisboa. E lá se foram 5 mil toras de madeira, macacos, saguis, gatos, muitos papagaios e quarenta indígenas que atiçaram a curiosidade europeia.¹²

Desde 1512, com a introdução do produto no mercado internacional, o termo “Brasil” passou a designar oficialmente a América portuguesa. Alguma flutuação na nomenclatura continuou a existir, muitas vezes combinando-se os nomes: Terra Sante Crusis de lo Brasil e del Portugal. Detrás do impasse terminológico residia, entretanto, uma disputa mais complexa, entre o poder secular e o espiritual. A cruz erguida naquele ermo local teria durado pouco e o demônio é que reinaria na nova terra. Diziam inconformados os cronistas cristãos que, à medida que aumentavam os carregamentos e o comércio, interesses materiais venciam por sobre o lenho onde morrera Jesus. João de Barros, por exemplo, lamentava que se desse mais importância “ao nome de um pau que tingia panos” do que ao “daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos por que fomos salvos, pelo sangue de Cristo que nele foi derramado”.¹³

Começava então uma disputa entre o sangue derramado de Cristo e o vermelho da tintura, que seria crescentemente associado ao diabo, sobretudo a partir da obra de Pero de Magalhães Gândavo, provavelmente um copista português da Torre do Tombo, autor de *História da província de Santa Cruz*. Gândavo defendia a volta do

primeiro nome, afirmando que fora obra do demônio buscar extinguir a memória de Santa Cruz. Mas a querela ia ficando meio desgastada, pois a colonização se impunha e tentava aglutinar o sentido mercantil à tarefa religiosa, missionária e catequética. O diabo continuava presente, mas a luta era santa também. A ambiguidade se instituiu nessa contenda acerca do nome, a qual projetava outras inquietações que se abatiam sobre a nova colônia.

Nesse momento, as representações começavam a misturar os produtos, a terra e os nativos do Novo Mundo. Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*,¹⁴ lembra uma antiga tradição celta que explicaria a origem do nome do país a partir de outra interpretação: a paradisíaca. Segundo essa versão, existiriam ilhas atlânticas, perdidas no tempo e no espaço, cobertas por plantas como a urzela, e de outra substância tintorial conhecida como “sangue de dragão”, sendo que de ambas se retirava uma resina de cor púrpura. O historiador defenderia, ainda, que o topônimo seria resultante de expressões irlandesas — “Hy Bressail” e “O’Brazil” — cujo significado era “ilha afortunada”.

Ilhas são lugares, por excelência, da projeção idealizada na utopia. A ilha do “Brazil” dos irlandeses é originalmente uma ilha fantasmagórica que sofre um deslocamento e reaparece no século xv próxima aos Açores e ao mito da ilha dos Bem-Aventurados de São Brandão. A perfeição do lugar descrito por Caminha aproxima-se da utopia da ilha do “Brazil”. Essa explicação daria conta, também, do nome “Obrasil”, encontrado em vários mapas do início do xvi. A inspiração irlandesa era religiosa e de tradição paradisíaca, e perseguiria com teimosia os cartógrafos do período. Apareceria pela primeira vez em 1330 designando uma ilha misteriosa, e ainda em 1353 estaria presente numa carta inglesa. De toda forma, existia na época do “achamento” mais essa clara associação, entre indígenas — de vida longa e edênica — e outras terras misteriosas. E o mistério se manteria intocado por muito tempo, assim como a ambivalência que deixava irresolvida a disputa entre o pau vermelho (em brasa) e o lenho de Cristo. O melhor mesmo era acender uma vela para Deus e soprar outra para o Diabo.¹⁵